

Envio de Documento Cancelamento de documentos Proventos

A- A+

Protocolo



O documento foi entregue para CVM e BM&FBOVESPA

Empresa

Código CVM: 00811-7
Nome: LOJAS HERING SA

Informações Trimestrais - ITR

Protocolo de Recebimento: 008117ITR310320170100065371-79
Protocolo Relacionado: 008117FCA000020170200064277-75
Tipo de Arquivo: Informações Trimestrais
Versão: 1
Data de Referência: 31/03/2017
Data de Entrega: 12/05/2017 16:28

ITR capeado pelos dados cadastrais do formulário cadastral V2 recebido em 17/04/2017.

****Atenção: A atualização desse protocolo no sistema EmpresasNet é automática. Caso essa atualização não ocorra automaticamente, o protocolo de recebimento deste documento deve ser atualizado no sistema através da função "Manutenção do Protocolo"!**

Imprimir

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	11
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	29
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	46
Preferenciais	85
Total	131
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	53.164	53.207
1.01	Ativo Circulante	2.629	2.760
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.979	1.910
1.01.03	Contas a Receber	459	627
1.01.03.01	Clientes	459	627
1.01.04	Estoques	162	165
1.01.06	Tributos a Recuperar	8	2
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8	2
1.01.07	Despesas Antecipadas	10	10
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11	46
1.01.08.03	Outros	11	46
1.02	Ativo Não Circulante	50.535	50.447
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	392	374
1.02.01.06	Tributos Diferidos	381	361
1.02.01.06.02	IR/CS a recuperar s/prejuízos fiscais	381	361
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	11	13
1.02.02	Investimentos	49.742	49.668
1.02.02.01	Participações Societárias	44	40
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	43	39
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1	1
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	49.698	49.628
1.02.03	Imobilizado	369	373
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	369	373
1.02.04	Intangível	32	32
1.02.04.01	Intangíveis	32	32

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	53.164	53.207
2.01	Passivo Circulante	514	592
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	20	26
2.01.01.01	Obrigações Sociais	9	12
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	11	14
2.01.02	Fornecedores	57	60
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	57	60
2.01.03	Obrigações Fiscais	81	160
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	75	131
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	30
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a Recolher	23	43
2.01.03.01.03	Imposto de Renda Retido na Fonte a Recolher	1	1
2.01.03.01.04	Outros	51	57
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	6	29
2.01.05	Outras Obrigações	325	315
2.01.05.02	Outros	325	315
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	259	260
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	66	55
2.01.06	Provisões	31	31
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	31	31
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	31	31
2.02	Passivo Não Circulante	34.342	34.200
2.02.02	Outras Obrigações	18.531	18.389
2.02.02.02	Outros	18.531	18.389
2.02.02.02.03	Obrigações Tributárias Refis	18.531	18.381
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	0	8
2.02.03	Tributos Diferidos	15.811	15.811
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15.811	15.811
2.03	Patrimônio Líquido	18.308	18.415
2.03.01	Capital Social Realizado	17.359	17.359
2.03.02	Reservas de Capital	451	451
2.03.04	Reservas de Lucros	547	547
2.03.04.01	Reserva Legal	55	55
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	492	492
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-107	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	58	58

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	735	688
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-286	-269
3.03	Resultado Bruto	449	419
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-491	-324
3.04.01	Despesas com Vendas	-75	-72
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-397	-252
3.04.02.01	Despesas Gerais/Administrativas	-356	-212
3.04.02.02	Depreciações e Amortizações	-14	-14
3.04.02.03	Remuneração dos Administradores	-27	-26
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-19	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-42	95
3.06	Resultado Financeiro	-85	-98
3.06.01	Receitas Financeiras	68	55
3.06.02	Despesas Financeiras	-153	-153
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-127	-3
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	20	0
3.08.02	Diferido	20	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-107	-3
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-107	-3
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,82000	-0,02000
3.99.01.02	PN	-0,82000	-0,02000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,82000	-0,02000
3.99.02.02	PN	-0,82000	-0,02000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-107	-3
4.03	Resultado Abrangente do Período	-107	-3

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	153	213
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	40	164
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo do Exercício	-107	-3
6.01.01.03	Depreciações e Amortizações	14	14
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social s/prejuízos fiscais	-20	0
6.01.01.06	Despesas com provisão de juros sobre parcelamento de impostos	153	153
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	121	55
6.01.02.01	Aumento(Diminuição)nos ativos	202	126
6.01.02.02	Aumento(Diminuição)nos passivos	-81	-71
6.01.03	Outros	-8	-6
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-84	-70
6.02.02	Adições aos Investimentos	-74	-50
6.02.04	Adições ao Ativo Permanente	-10	-20
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	69	143
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.910	1.399
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.979	1.542

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	17.359	451	547	0	58	18.415
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	17.359	451	547	0	58	18.415
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-107	0	-107
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-107	0	-107
5.07	Saldos Finais	17.359	451	547	-107	58	18.308

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	17.359	451	313	0	58	18.181
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	17.359	451	313	0	58	18.181
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	493	0	493
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	493	0	493
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	234	-493	0	-259
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	234	-493	0	-259
5.07	Saldos Finais	17.359	451	547	0	58	18.415

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	778	762
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	868	800
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-90	-38
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-405	-323
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-286	-269
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-119	-54
7.03	Valor Adicionado Bruto	373	439
7.04	Retenções	-14	-14
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-14	-14
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	359	425
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	69	56
7.06.02	Receitas Financeiras	69	56
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	428	481
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	428	481
7.08.01	Pessoal	83	80
7.08.01.01	Remuneração Direta	71	69
7.08.01.02	Benefícios	6	6
7.08.01.03	F.G.T.S.	6	5
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	211	192
7.08.02.01	Federais	102	95
7.08.02.02	Estaduais	41	34
7.08.02.03	Municipais	68	63
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	248	212
7.08.03.01	Juros	153	153
7.08.03.03	Outras	95	59
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-114	-3
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-114	-3

Comentário do Desempenho

Comparativamente ao trimestre anterior, as vendas do varejo e os aluguéis do nosso Centro Comercial tiveram uma queda de 23% devido ao período de sazonalidade. As receitas totais em comparação ao mesmo trimestre do exercício anterior tiveram um incremento de 7% .

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Companhia tem por objeto, a exploração do comércio varejista de malhas, confecções, outros artigos e produtos em geral; exportação e importação de bens de capital e consumo; arrendamento e locação de bens móveis e imóveis próprios.

2. Base de preparação

a. Declaração de Conformidade

As Informações Trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A emissão das demonstrações trimestrais foi autorizada pela Administração em 13 de Abril de 2017 e não há eventos subsequentes a serem divulgados.

b. Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção das propriedades para investimento, mensuradas pelo valor justo.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas informações trimestrais individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamento

1. Principais premissas e estimativas contábeis

A preparação das informações trimestrais de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

Abaixo seguem as principais estimativas efetuadas pela Companhia em suas demonstrações financeiras:

Notas Explicativas

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise do contas a receber de clientes.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixa previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

Impairment de ativos de vida útil longa

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não as propriedades para investimento e estoques são revistos a cada data e apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto ajustada a partir da taxa líquida Selic para que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

e. Continuidade Operacional

A Companhia preparou as demonstrações financeiras com base no pressuposto de que continuará em operação futura. A administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Companhia.

3. Principais políticas contábeis

a. Reconhecimento de receitas e despesas

Receitas e despesas são reconhecidas nas demonstrações financeiras, de acordo com o período de competência em que incorrem.

Notas Explicativas

As receitas de venda de mercadorias são reconhecidas quando a propriedade e os riscos inerentes ao produto são substancialmente transferidos para o cliente, quando o preço de venda é fixo e determinável, quando existe evidência de contrato de venda e quando a cobrança está razoavelmente assegurada. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização.

As receitas de aluguéis são reconhecidas com base na fruição dos prazos dos contratos. As despesas e os custos são reconhecidos quando incorridos.

b. Instrumentos financeiros

i. *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente em sua data de origem. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro e uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica seus ativos financeiros não derivativos como recebíveis.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações no mercado aberto, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelas mercadorias vendidas, bem como pela locação de suas propriedades para investimentos no decurso normal das atividades da Companhia. Se o pagamento é esperado para um ano ou menos, ele é classificado como ativo circulante. Caso contrário, é apresentado como ativo não circulante.

Notas Explicativas

Na prática, as contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo (valor faturado) ajustado pela provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

Quando aplicável, as contas a receber de clientes, com vencimentos futuros, são descontados a valor presente pela taxa individual aplicada nos financiamentos próprios decorrentes de vendas a prazo.

ii. *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras obrigações.

iii. *Capital social*

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos sejam discricionário.

c. *Estoques*

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los à sua localização e condição existente.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzidas as despesas de vendas.

Notas Explicativas

d. Propriedades para investimento

Propriedades para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel, mas não para venda no curso normal dos negócios, ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e subsequente ao valor justo.

Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento.

O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos do material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício.

Quanto a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente.

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na nota explicativa nº 09.

Anualmente, a Companhia reavalia suas propriedades para investimento para que o valor justo das mesmas reflita as condições de mercado à data do período de reporte.

e. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: o custo de materiais e mão de obra direta; quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii. Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados

Notas Explicativas

no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

São depreciados pelo método linear do resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, como segue:

	Taxa anual depreciação
Móveis, utensílios e equipamentos	10%
Benfeitorias	4%
Veículos	20%
Outros	10%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

g. Redução do valor recuperável

i. Ativos financeiros, incluindo recebíveis:

Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

Notas Explicativas

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis. Todos os recebíveis significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda do valor recuperável dos ativos não financeiros.

h. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, descontos obtidos de fornecedores e juros recebidos de clientes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre atualização de parcelamento de tributos e descontos concedidos a clientes. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

i. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações trimestrais e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Notas Explicativas

O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações trimestrais.

j. *Demonstração do Valor Adicionado (DVA)*

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas pelo Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pela IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09. Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas e alugueis, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), Custo com serviços prestados e produtos vendidos (custo das vendas das mercadorias, de produtos e de serviços, materiais, energia e serviços de terceiros e outros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização e, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a. *Gerenciamento de riscos*

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas informações trimestrais de 31 de Março de 2017 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito: é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento da inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de clientes realizando diversas ações de cobrança. A Companhia possui ainda, a provisão de crédito de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 633 (R\$ 543 em 31 de dezembro de 2016) para fazer face ao risco de crédito.

Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na

Notas Explicativas

data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	31/03/17	31/12/16
Caixa e equivalentes de caixa	1.979	1.910
Contas a receber de clientes	<u>459</u>	<u>627</u>
Total	<u>2.438</u>	<u>2.537</u>

Risco de liquidez: é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

Em 31 de Março de 2017, os equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

Risco de mercado: é o risco que ocorre com as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxas de juros: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos, e em determinada circunstâncias, são efetuadas operações de proteção para reduzir o custo financeiro das operações.

Valor contábil	<u>31/03/17</u>	<u>31/12/16</u>
Instrumentos de taxa variável		
Aplicações financeiras	1.915	1.864

Risco Operacional: é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da mesma e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de informações trimestrais, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

b. Análise de sensibilidade

Notas Explicativas

A Companhia não opera com derivativos. Possui apenas aplicações de liquidez imediata com rendimento que flutua de acordo com o CDI-Certificados de Depósito Interbancário.

c. Instrumentos financeiros – valor justo

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de Março de 2017 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

Para fins de divulgação, caso a Companhia tivesse adotado o critério de reconhecimento de ativos e passivos financeiros pelo valor justo, teria apurado os seguintes valores:

	<u>31/03/2017</u>		<u>31/12/2016</u>	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	1.979	1.979	1.910	1.910
Contas a receber de clientes	459	459	627	627
Contas a pagar a fornecedores	57	57	60	60

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Aplicações financeiras – Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.

Contas a receber e fornecedores – Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa	22	30
Banco conta movimento	42	16
Aplicações liquidez imediata	1.915	1.864
	<u>1.979</u>	<u>1.910</u>

As aplicações financeiras referem-se a fundos de renda fixa, com possibilidade de resgate imediato remunerados com base no CDI – Certificado de Depósitos Interbancário, em Instituições Financeiras renomadas.

Notas Explicativas**6. Contas a receber de clientes**

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Clientes no varejo	78	123
Contas a receber centro comercial	1.014	1.047
Recebimentos a compensar	-	(543)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(633)	-
	<hr/> 459	<hr/> 627

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada da seguinte forma: 100% dos aluguéis a receber em processos judiciais, e os vencidos há mais de 6 meses.

Os recebimentos a compensar, referem-se aos cheques pré-datados recebidos a título de pagamento de aluguel

7. Estoques

Em 31 de Março de 2017, o montante de R\$ 162 (R\$ 165 em 31 de Dezembro de 2016) refere-se a artigos de vestuário masculino, feminino e infantil para revenda, no setor de varejo.

8. Outros

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Depósitos para recursos judiciais	<hr/> 11	<hr/> 13
Total não circulante	11	13

9. Propriedades para investimento

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Imóveis para locação	49.698	49.628
Outros investimentos	44	40
	<hr/> 49.742	<hr/> 49.668

Notas Explicativas

Em 31 de Março de 2017 a rubrica de imóveis para locação refere-se aos terrenos, edificações e instalações do Centro Comercial Shopping H, mantido para finalidade de locação.

Em 2016 a Companhia promoveu a revisão do valor justo de seus imóveis para locação, nos termos do ICPC 10 e CPC 28, através de profissional técnico qualificado, com o objetivo de reconhecer o valor justo de suas propriedades para investimento em 31 de dezembro de 2016.

Para a determinação do valor justo o avaliador seguiu as recomendações das Normas de Avaliação NBR 14653-1:2001 versão corrigida 2:2005, NBR 14653-2:2011, NBR 14653-4:2002 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Foi utilizado pelo avaliador em 2015 (como em 2014) a metodologia do Método Comparativo de Dados de Mercado e do Método Involutivo.

Abaixo segue resumo da movimentação ocorrida na rubrica de Imóveis para locação:

	31/12/2016	Adições	31/03/2017
Edificações	296	-	296
Ajuste a Valor Justo em edificações	35.006	-	35.006
Instalações	172	-	172
Instalações centro comercial	1.229	66	1.295
Adto p/Reforma Elevador	21	4	25
Terrenos	1.353	-	1.353
Terrenos para venda	53	-	53
Ajuste a Valor Justo em terrenos	11.498	-	11.498
	<u>49.628</u>	<u>70</u>	<u>49.698</u>
Outros Investimentos	40	4	44
Total de Investimentos	<u>49.668</u>	<u>50</u>	<u>49.742</u>

Sobre os valores reconhecidos como ajuste de valor justo a Companhia constituiu tributos diferidos nos termos do CPC 32 para demonstrar o valor líquido realizável na data de publicação, sendo esse em 31 de Março de 2017 como segue:

31/03/2017 31/12/2016

Notas Explicativas

Ajuste de valor justo em edificações	35.006	35.006
Ajuste de valor justo em terrenos	11.498	11.498
Base de cálculo IRPJ e CSLL diferidos	46.504	46.504
Imposto de renda e contribuição social diferidos (34%)	15.811	15.811
Ajuste de valor justo líquido	30.693	30.693

A avaliação foi feita pelo Engenheiro Civil Milorad Boskovic, registrado no CREA-SC sob número 12.541-3. Em 2016 e 1º trimestre de 2017, não houve variação nos valores dos Imóveis para locação devido ao Ajuste de Valor Justo.

10. Imobilizado

	31/03/2017			31/12/2016		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis, utensílios e equipamentos	1.912	(1.785)	127	1.902	(1.779)	123
Benfeitorias	196	(196)	-	196	(196)	-
Veículos	285	(62)	223	285	(55)	230
Outros	31	(12)	19	31	(11)	20
	<u>2.424</u>	<u>(2.055)</u>	<u>369</u>	<u>2.414</u>	<u>(2.041)</u>	<u>373</u>

A movimentação do imobilizado em 2016 e do 1º trimestre de 2017 é a seguinte:

	<u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31/12/2016</u>
Móveis, utensílios e equipamentos	128	21	(26)	123
Veículos	258	-	(28)	230
Outros	17	6	(3)	20
	<u>403</u>	<u>27</u>	<u>(57)</u>	<u>373</u>

	<u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31/03/2017</u>
--	-------------------	----------------	--------------------	-------------------

Notas Explicativas

Móveis, utensílios e equipamentos	123	10	(6)	127
Veículos	230	-	(7)	223
Outros	20	-	(1)	19
	373	10	(14)	369

11. Contas a pagar a fornecedores

Em 31 de Março de 2017 o montante de R\$ 57 (R\$ 60 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a contas a pagar a fornecedores de produtos para revenda do segmento de vestuário, materiais para reformas, e materiais de expediente.

12. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Salários a pagar	11	14
Provisões 13º e férias com encargos	31	32
FGTS a recolher	1	2
INSS a recolher	8	9
	<u>51</u>	<u>57</u>

13. Obrigações Tributárias

	<u>31/03/2017</u>		<u>31/12/2016</u>	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Impostos e contribuições	31	-	105	-
Parcelamentos – REFIS	50	18.522	55	18.381
	81	18.522	160	18.381

a. Impostos e contribuições

31/03/17 31/12/16

Notas Explicativas

ICMS a recolher	6	26
ICMS Fundo Social a recolher	-	2
1 ICMS Funturismo	-	1
IRRF a recolher	1	1
Contribuição social a recolher	-	11
Imposto de renda a recolher	-	19
CSRF a recolher	1	1
PIS a recolher	4	8
COFINS a recolher	19	36
	31	105

b. Parcelamentos – REFIS

A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal - Refis, no âmbito da Lei 9.964, de 10.04.2000, parcelando os débitos tributários federais até então devidos e administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, Secretaria da Receita Federal e Instituto Nacional de Serviço Social - INSS.

Como garantia do parcelamento, promoveu o arrolamento de bens (finalizado pelo processo nº 13971.000923-2010-14) sobre duas edificações e respectivo terreno, situado na Rua XV de Novembro, 759, Centro, Blumenau, SC, onde é a sede da Companhia e que está matriculado sob nº 22.110, no 1º Ofício de Registro de Imóveis de Blumenau, SC. Na matrícula em que há o arrolamento, há inscritas penhoras judiciais relativas aos processos de execução dos tributos federais incluídos no referido parcelamento e, em razão do parcelamento, todas as execuções se acham suspensas.

A seguir apresenta-se o quadro detalhando a dívida consolidada em 2000 que compuseram o saldo para o referido parcelamento:

Natureza	Tributos federais			Total da dívida na adesão
	PGFN	SRF	INSS	
Principal	1.090	173	2.431	3.694
Multa	231	35	805	1.071
Juros	1.362	60	1.790	3.212
Encargos	525	-	140	665
	3.208	268	5.166	8.642

Não foram utilizados créditos fiscais para amortização de multas e juros.

Até 31 de Março de 2017, foi pago o montante de R\$ 18 (R\$ 60 em 31 de Dezembro de 2016) referente às parcelas do REFIS federal.

Em 31 de Março de 2017 a Companhia possui contabilizado no passivo circulante a título de REFIS federal o montante de R\$ 50 referente a 12 parcelas vencíveis. O restante do saldo está classificado no passivo não circulante.

Notas Explicativas

A atualização do referido parcelamento é efetuada mensalmente com base na Taxa de Juros de Longo Prazo “TJLP”.

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os tributos diferidos ativos foram calculados com base nos lucros futuros esperados pela companhia sobre os prejuízos fiscais e base de cálculo negativa. Os tributos diferidos passivos foram calculados sobre as reservas de reavaliação e sobre o custo atribuído (Ajuste a Valor Justo – AVJ) sobre Propriedades Para Investimentos. Este último será exigido em caso de alienação das Propriedades para Investimentos.

	Tributos Diferidos Ativos			Tributos Diferidos Passivos			Tributos Diferidos Líquidos		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
em 31/12/2015	229	83	312	11.626	4.185	15.811	(11.397)	(4.102)	(15.499)
Constituição de Tributos	36	13	49	-	-	-	36	13	49
em 31/12/2016	265	96	361	11.626	4.185	15.811	(11.361)	(4.089)	(15.450)
Constituição de Tributos	15	5	20	-	-	-	-	-	-
em 31/03/2017	280	101	381	11.626	4.185	15.811	(11.346)	(4.084)	(15.430)

15. PARTES RELACIONADAS

Abaixo segue movimentação ocorrida no resultado:

	Custo/despesa	
	31/03/2017	31/03/2016
Compark	32	34

Notas Explicativas

Condomínio Shopping H	66	100
	<hr/>	
	98	134

a. Custos Condomínio Shopping H

Os custos com o Condomínio Shopping H referem-se ao pagamento dos encargos comuns (condomínio) e despesas próprias das áreas desocupadas e das áreas ocupadas pelo varejo da própria Companhia.

b. Despesas Compark

As despesas com a Compark referem-se ao pagamento do estacionamento de fornecedores, dos clientes do varejo da própria Companhia, caminhões de entregas e dos ônibus de turismo e prestadores de serviço de todas as áreas do centro comercial Shopping H, próprias e locadas, conforme acerto com os locatários, bem como a prestação de serviços de reparos (manutenção), melhorias, pinturas e conservação em geral das áreas próprias locadas.

16. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Março de 2017 o capital social subscrito é de R\$ 17.359 (idem em 31 de dezembro de 2016), totalmente integralizado, representado por 46.272 ações ordinárias e 84.783 ações preferenciais (idem em 31 de dezembro de 2016).

17. SEGUROS

Em 31 de Março de 2017, a Companhia possuiu seguros conforme demonstrado:

Notas Explicativas

<u>Riscos cobertos</u>	<u>Vigência apólice</u>	<u>máximo indenizável</u>
Compreensivo empresarial	20.08.2016 à 20.08.2017	26.000
Compreensivo empresarial	20.08.2016 à 20.08.2017	9.461
Automóvel	05.03.2017 à 05.03.2018	820
Automóvel	15.01.2017 à 15.01.2018	940
Automóvel	09.09.2016 à 09.09.2017	550
		<u>37.771</u>

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Blumenau, 13 de Abril de 2017.

Lojas Hering S/A.
Cid Steinbach
Presidente
CPF: 642.173.619-04

Dúnamis Contabilidade Ltda EPP.
Claudinei da Silva - Contador CRC 21.429/O-0
CPF: 986.545.019-53

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório Sobre a Revisão de Informações Trimestrais

Aos Diretores e Acionistas da
Lojas Hering S.A.
Blumenau - SC

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Lojas Hering S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido/(passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das informações financeiras intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R2) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as Informações Contábeis Intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a

NBC TG 21 (R2) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Ênfase

Conforme demonstrado em nota explicativa "09", propriedades para investimento, para a determinação do valor justo o avaliador seguiu as recomendações das Normas de Avaliação NBR 14653-1:2001 versão corrigida 2:2005, NBR 14653-2:2011, NBR 14653-4:2002 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Foi utilizado pelo avaliador em 2015 (como em 2014) a metodologia do Método Comparativo de Dados de Mercado e do Método Involutivo.

OUTROS ASSUNTOS

Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias da demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e, considerada informação suplementar pelas IFRS's, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Blumenau, 10 de maio de 2017.